

Apresentação:

Sobre educação, liberdade e cidadania

Ev'Ângela Batista Rodrigues de Barros¹

Fica proibido o uso da palavra liberdade,
a qual será suprimida dos dicionários
e do pântano enganoso das bocas.
A partir deste instante
a liberdade será algo vivo e transparente
como um fogo ou um rio,
e a sua morada será sempre
o coração do homem.”
(Thiago de Melo)²

Inspiro-me nas belas palavras do poeta Thiago de Mello, em seu poema mais famoso, “Os Estatutos do Homem”, para iniciar a apresentação deste volume da **Revista do Instituto de Ciências Humanas**. Encontrar um eixo condutor a perpassar os elementos constitutivos de uma revista interdisciplinar, algo que lhes dê organicidade, nem sempre é tarefa fácil, conquanto gratificante, depois de concluída. Flagremos, então, aquilo que se constituiu a base em que se inspirou o poeta, para fazer sua declaração, tão crítica quanto poeticamente construída, em 1964, momento de perda avassaladora dos direitos dos cidadãos brasileiros:

Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade. (Declaração dos Direitos Universais, ONU, 1948).

Em seu “Estatuto”, contrariamente aos temidos Atos Institucionais (A.I.) da época do governo militar no Brasil, Thiago de Mello estabelece a concretude do direito à palavra, à verdade, à liberdade – tomando-as como condições *sine qua non* para a vivência plena dos seres humanos nos âmbitos individual e social.

Em consonância com essa perspectiva, Antonio Candido, em seu belo ensaio “Direitos Humanos e Literatura”³, defendeu firmemente o direito à literatura como uma materialização do direito ao sonho, à utopia, à fantasia. Para tanto, deslinda o que

¹ Professora do Departamento de Letras da PUC Minas. Coordenadora Adjunta do CESPUC. Coordenadora editorial da Revista Scripta e editora dos Cadernos CESPUC de Pesquisa. Editora de Conecte-se! Revista Interdisciplinar e da Revista do ICH. Coordenadora Institucional do PIBID PUC.

² MELLO, Thiago. Os Estatutos do Homem (Ato Institucional Permanente). Santiago, Chile, 1964.

³ CANDIDO, Antonio. Direitos Humanos e literatura. In: A.C.R. Fester (Org.) **Direitos humanos e...** Cjp / Ed. Brasiliense, 1989.

seriam direitos humanos e explicita o porquê de a literatura ser – como outros bens que asseguram a integridade física, mental, emocional e social dos indivíduos – uma necessidade do homem em seu processo de humanização, e da sociedade, em seu processo civilizatório. Como manifestação artística que é a Literatura, “ou o sonho acordado da civilização” (CANDIDO, 1989, p.112), é fonte e instrumento de equilíbrio pessoal e de sustentação dos vínculos e liames que tecem a rede social.

A cidadania pode ser descrita como o conjunto de direitos e deveres civis, políticos e sociais que cada cidadão deve exercer. Assim, exercer a cidadania significa conscientizar-se de seus direitos e deveres, o que instrumentaliza a lutar para que a justiça possa ser colocada em prática.

Levando em consideração que a Constituição Federal Brasileira de 1988, cognominada “Constituição Cidadã”, somente a partir daí resgatou os diversos níveis de direitos dos brasileiros, prevendo os direitos civis (inerentes à liberdade individual, liberdade de expressão e de pensamento; direito de propriedade e de conclusão de contratos), os políticos (de participação no exercício do poder político, como eleito ou eleitor) e os sociais (relativos ao bem-estar econômico e social, desde a segurança até ao direito de partilhar do nível de vida), não é difícil perceber, então, que a luta pela consolidação desses direitos, preconizados nos variados diplomas legais que regulam a sociedade brasileira, ainda estão em processo de naturalização, de assimilação nas relações interpessoais. Neste momento histórico em que vivemos, ser necessário, ainda, combater o racismo (considerado crime) ou instituir uma lei de cotas para que certos segmentos sociais possam acorrer às universidades diz muito do tipo de sociedade que, infelizmente, ainda somos. E para que essa situação se transforme, para que a aceitação do outro – a plena consciência da alteridade, em sua mais ampla dimensão – aconteça, há um longo processo educativo, que passa pela valorização da multiculturalidade tão característica do povo brasileiro, pelo reconhecimento ao direito de todos terem acesso a variados bens culturais; pelo reconhecimento das diferentes identidades que se vão forjando, pessoais e institucionais; pela valorização dos saberes tradicionais, sem descurar dos saberes tecnológicos; do olhar para a inovação, sem desconsiderar a sustentabilidade tão necessária... Se pensarmos nesses aspectos todos, veremos quão relevante é a educação e, numa sociedade desigual como a nossa, quão necessária é a escola básica pública, como mecanismo de construção da cidadania, que se evidencia como forma por excelência de se opor / se sobrepor a aspectos da guerra civil cotidiana em que vivemos.

Pensando nos valores amplos que subjazem à formação de um determinado projeto de sociedade, os textos que aqui perfilam, sob diferentes gêneros – artigos, entrevista, resenha, relato de experiência – constituem um todo orgânico, se atentarmos para o que se defende e para o que se argumenta: a consolidação e a manutenção da educação – em suas múltiplas nuances –, como forma de concretização e consolidação do direito, em suas várias manifestações: direitos políticos e civis, direito à aprendizagem de forma significativa, direito a uma educação que valorize e desmitifique as relações étnico-raciais, enfim, o direito à cidadania. Tão decantada em prosa e verso, cidadania é um conceito amplo, que indicia o grau de evolução a que chegou determinada sociedade; e no caso brasileiro, há longo percurso que precisaremos trilhar, até atingirmos um patamar que nos permita (con)viver com maior número de cidadãos do que indivíduos alijados das condições básicas necessárias a uma vida digna.

Este volume, que prazerosamente fazemos chegar às mãos dos leitores, apresenta oito artigos acadêmicos – frutos de pesquisas e práticas investigativas de variadas naturezas, distintos propósitos e metodologias – cada um em sua riqueza, bem como em sua delimitação, dadas as respectivas condições de produção; em seguida, um relato reflexivo de experiência, em que atividades desenvolvidas por meio da interlocução da academia com a sociedade (programa denominado Pibid), permitem alcance de novo patamar de formação dos graduandos. Na sequência, temos uma instigante resenha sobre como vem se dando a implementação da lei que instaura o ensino de relações étnico-raciais na educação básica – o que se fez e o (muito) que falta a realizar; e, por fim, a entrevista com a professora Leiva Leal, grande referência da área dos Estudos e Ensino de Língua Materna, sobre a nova Base Nacional Comum Curricular.

Iniciando a sequência dos artigos, com o foco recaindo no direito à propriedade como meio e modo de identidade, temos “‘A judia’, de Tomás Ribeiro: um estudo introdutório”. Nele, Arthur Almeida Passos focaliza, com lentes bem ajustadas, o poema deste escritor português, ampliando o conhecimento sobre o texto e seu contexto de produção. Dotado de elementos relevantes para a compreensão do romantismo português, permite também perscrutar traços da vida do povo judeu como grupo historicamente marginalizado e oprimido, um povo que oscilava entre êxodo e exílio, em busca de um espaço geográfico e identitário. Para o autor, a análise revela grande riqueza do poema no que tange a uma variedade de elementos textuais identificados, o que indicia desdobramentos e investigações futuras.

No segundo artigo, o foco recai sobre o direito de aprender com qualidade. Em “Era uma vez... Construindo conhecimentos e (re)significando saberes através da contação de histórias”, produzido por alunos da Pedagogia participantes do Programa Institucional de Bolsas de Incentivo à Docência (PIBID), juntamente com a coordenadora da área, os autores analisam experiências vivenciadas no âmbito deste Programa, numa escola pública de Belo Horizonte. Os graduandos em pedagogia, Kele Ferreira, Patrícia Rosa, Glaydson Nunes, orientados pela professora Nilza Santiago refletem sobre uma intervenção realizada com alunos do 3ºano do ensino fundamental no Instituto de Educação de Minas Gerais (IEMG), no bojo das intervenções pedagógicas pensadas para aliar a teoria com a prática, numa formação profissional mais sintonizada com as demandas da escola básica. Com esse intuito, o mote para o trabalho com a literatura infantil, a partir do conto e reconto de histórias, deu aos graduandos oportunidade de fomentar nas crianças o gosto pela leitura, o protagonismo na escrita, visando, de forma mais ampla, a formação de indivíduos mais sensíveis, reflexivos, criativos e críticos, propensos a buscar aprender e conhecer sempre mais. E, aprendendo a ensinar, os professores em formação inicial se perceberam aprendizes, também.

No terceiro artigo, o tema é a relação entre o direito a aprender para ser, e não apenas para fazer (tecnicismo), o que vem bem a calhar, em momento de reformas anunciadas no ensino médio. Em “Educação e cidadania: para que serve a escola?”, o filósofo e professor Sérgio Murilo Rodrigues persegue de forma fundamentada a justificativa da demanda contemporânea de uma educação que, para além da instrumentalização profissional, seja direcionada para a formação da cidadania. Sua argumentação parte do pressuposto de que, priorizada a dimensão exclusivamente instrumental, profissionalizante – o que encontra defensores aguerridos na sociedade brasileira –, exclui-se toda possibilidade de uma formação calcada na reflexão sobre os valores e normas sociais, morais e estéticos. Sem defender uma politização fundada num partidarismo ou sectarismo, o autor propõe a formação cidadã como norte e esteio da atuação da escola, condição *sine qua non* para a evolução de nossa sociedade a um patamar mais igualitário e de promoção da justiça social – e nisso, ecoa as vozes do poeta Mello, do crítico literário Candido e de muitos outros humanistas.

Na sequência, em discussão, o direito a uma profissão reconhecida, posto que socialmente relevante. Em “Revisor de textos: um profissional invisível?”, Janice Christina Amorim de Faria analisa, a partir de uma pesquisa com profissionais atuantes

na área, de diferentes regiões do país, o que eles pensam, que dificuldades enfrentam, quais são as demandas e as metas destes profissionais do texto, visando a promover reflexões sobre sua prática diária. A partir da constatação de que o trabalho do revisor é essencial e indispensável para garantir a qualidade de um texto, adequado a seus propósitos e esferas de circulação, a autora discute a notória insatisfação que evidenciam quanto ao atual cenário, em que muitos admitem ser um "profissional invisível". Para ela, "tal invisibilidade está ligada à falta de reconhecimento do seu trabalho e à falta de regulamentação da sua profissão".

No quinto artigo, em diálogo com o precedente, vemos a discussão do direito a uma identidade linguística *x* a necessidade do uso / domínio da norma padrão. Daniele Francisca Martins do Nascimento também se dedica a investigar nuances do trabalho do revisor de textos, porém iluminado aspecto distinto. Em "Percepções do fenômeno da variação linguística: pesquisa com revisores de textos", porém, volta-se para uma análise de como são compreendidos por esses sujeitos os impactos do fenômeno da variação linguística – tão inerente à língua quanto problematizada, atualmente. Para abarcar a atividade do ator principal, em sua pesquisa, procedeu à tentativa de definição do perfil do revisor de textos, discutindo, entre outros aspectos, os problemas de delimitação de função e tarefas em muitos ambientes de trabalho. Compreendendo que, no senso comum, o entendimento acerca da variação linguística ainda é fruto de muitos preconceitos e incompreensões, apresenta-se, nesta pesquisa qualitativa, uma janelinha para a compreensão de tema bastante amplo, que trata da própria relação entre escola (em seus diferentes níveis) e sociedade. A autora tentou mapear se os entrevistados adquiriram conhecimentos sobre variação no decorrer de sua formação, bem como se percebem esse fenômeno e suas implicações em textos de diferentes domínios e gêneros.

O sexto artigo trata do direito a aprender a aprender, por meio da interlocução com o social – daí sua afinidade com outros que o precederam. Em "O estudo da propaganda em sala de aula em uma perspectiva sociocomunicativa", os autores Emerson Lázaro Andrade e Rosario de Jesus Martins, ambos do Curso de Letras, partem de um trabalho escolar, de disciplina da graduação, e investem maiores esforços para entender como o trabalho com o texto publicitário em sala de aula, levando em consideração as condições de produção e circulação de um texto, pode estimular o aprendiz a compreender, efetivamente, as diversas camadas e estratégias constitutivas de um texto desta natureza, com base no desvelamento da riqueza dos seus aspectos

verbo-visuais. “Chamando para a conversa” grandes autores dos estudos linguísticos (como Chomsky, Consolli, Bazerman, dentre outros), discutem o caráter sociocomunicativo dos textos, em geral, considerando a esfera social em que estes circulam. Apregoam a necessidade de formar leitores críticos, por meio da compreensão ampla dos fatores que compõem a natureza discursiva das propagandas.

O sétimo artigo trata do direito à autoexpressão e ao bem-estar, ao afeto, à criação de vínculos – ainda que o sujeito tenha cometido atos infracionais, as injunções da cidadania impelem ao resgate, não ao segregacionismo. Em “Projeto Laços e sua construção metodológica”, os graduandos David de Oliveira Castro (Psicologia), Izabela Riza e Juliana Marques Lemos (ambas do Direito), sob a orientação da professora Aline Aguiar Mendes, do Curso de Psicologia, analisam como a metodologia deste projeto de Extensão traz nova compreensão sobre os jovens (de 12 a 21 anos) em cumprimento de medidas socioeducativas, em decorrência de atos infracionais (conforme preconizado no Estatuto da Criança e Adolescente, 1990). Por meio da realização de oficinas com esses jovens, com uma metodologia diferente das metodologias tradicionais, que proporciona um espaço de criação de laços pessoais, afeto, bem como a percepção e análise de “atravessamentos por meio da horizontalidade e do franco falar”, eles têm oportunidade de resgatarem valores e melhorar sua autoestima, se perceberem novamente como dignos de afeto e respeito, o que tem grande significação não só para os beneficiários, mas também para os extensionistas, profissionais em formação inicial.

No último artigo, em tela encontra-se o direito político em construção, o direito a ter vez e voz, por meio da aprendizagem dos mecanismos de funcionamento de órgãos públicos e processos democráticos. Em “Perfil dos participantes da etapa estadual do projeto parlamento jovem de minas 2017”, o professor Alexandre Eustáquio Teixeira, do Curso de Ciências Sociais, apresenta o Projeto Parlamento Jovem de Minas (PJ de Minas), que, desde 2004, como resultado de uma parceria entre a ALMG e a PUC Minas, vem se dedicando à formação política de jovens do ensino médio de municípios mineiros, tanto da rede pública quanto da particular. Neste estudo, em especial, o autor mapeia o perfil dos participantes das etapas do PJ em 2017, pois, sendo atividade voluntária, o público já tem certa perspectiva de interesse pela participação social e política. Por meio dos dados levantados, aspectos instigantes desses sujeitos / cidadãos em formação são desvelados.

Na sequência, temos, em foco, o direito a uma história e uma identidade, por

meio da compreensão do valor do patrimônio material e imaterial de uma comunidade. Em “PIBID História: relato de experiência enfocando a educação patrimonial para jovens e adultos”, Rubson Santos de Jesus e Laura Paiva Matos Fontes nos trazem uma reflexão sobre a atuação dos bolsistas desta área no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID PUC Minas), num projeto de intervenção da área de História, em que abordaram a educação patrimonial, com enfoque no Patrimônio imaterial. Relatam, de forma reflexiva, as etapas do projeto junto aos alunos do EJA, apontando desdobramentos, desafios, fundamentos, bem como identificam novas possibilidades de tratamento desta temática em sala de aula. Refletem sobre o processo de conformação – universidade / escola básica, ao destacarem o engajamento tanto da professora da educação básica (supervisora) quanto da universidade (coordenadora de área).

Na resenha que vem a seguir, temos o foco no direito a não discriminação por características identitárias, no direito à autovalorização, em decorrência da desmistificação das relações étnico-raciais na sociedade brasileira. Intitulada “O ‘fazer-valer’ da Lei 10.639/03 a partir dos saberes da História”, a resenha da estudante de História, Francine Brandhuber, nos apresenta, com riqueza de detalhes, a obra **Saberes e práticas docentes em redes de trocas**. Educação das relações étnico-raciais em questão”⁴, da professora e pesquisadora Lorene dos Santos, fruto de seu doutoramento. Recém-lançada, a obra mostra o muito que ainda falta para que a temática étnico-racial tenha o tratamento necessário preconizado desde 2003, por meio da Lei 10.639/09. Em sua pesquisa, muitas vozes emergem e falam do desrespeito a direitos fundamentais da dignidade humana. Soa como um alerta para nós, educadores, quanto ao papel que nos cabe na construção de mais essa etapa civilizatória.

Fechando com chave de ouro este volume, a imperdível entrevista com a professora Leiva de Figueiredo Viana Leal, que trata de tema absolutamente necessário no momento: a Base Nacional Comum Curricular, seus impactos e implicações ao trabalho docente.

A BNCC, cujo prazo de implementação começou neste ano (2018), demanda um tempo – cronológico, psicológico e metodológico – de transição, até que possamos vislumbrar o alcance das medidas propostas, em termos de avanço qualitativo na educação básica em nosso país. Nesse contexto, Leiva Leal discorre sobre o direito de

⁴ SANTOS, Lorene dos. **Saberes e práticas docentes em redes de trocas**. Educação das relações étnico raciais em questão. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2017.

ser igual, naquilo que abrange a realidade das escolas brasileiras – para o que a BNCC se apresenta – e de ser diferente, naquilo que respeita à diversidade, à multiculturalidade e à contextualização sociocultural. Tecendo considerações que dizem da BNCC e da realidade brasileira, mas que remetem a questões cruciais, como a ética, a professora Leiva conclui sua fala, tão poética quanto criticamente, também, afirmando que “O mundo mudou. A vida mudou e a escola precisa mudar”.

É esse o conteúdo deste volume que ora lhes chega às mãos. Que ele possa dialogar com seu momento, leitor(a), trazer-lhe alento ou inquietação, mas também poesia e alimento a sua criticidade, desejo de conhecer e participar, enfim, que cumpra o papel social da leitura, que é nos tornar leitores. Mesmo porque, nos dizeres de Guiomar de Grammont⁵, ler “acorda os homens para realidades impossíveis, tornando-os incapazes de suportar o mundo inosso e ordinário em que vivem. A leitura induz à loucura, desloca o homem do humilde lugar que lhe fora destinado no corpo social”.

Acordemos, pois! A realidade nos incita ao despertamento, à ação, à insatisfação com as injustiças, ao engajamento...

⁵ GRAMMONT, Guiomar. Ler devia ser proibido. In: PRADO, J. & CONDINI, P. (Org.). **A formação do leitor**: pontos de vista. Rio de Janeiro: Argus, 1999. p. 3-71.